

Mudanças na Distribuição de Renda Individual e Familiar no Brasil*

Claudio Salvadori Dedecca^S
Eliane Rosandiski⁻
Marcelo Soares de Carvalho[©]
Carolina Veríssimo Barbieri^a

Resumo

Os estudos sobre distribuição de renda enfocam, em geral, os rendimentos do trabalho. Escapam destes esforços duas outras dimensões: aquela da distribuição funcional de renda e aquela dos efeitos do desemprego sobre a própria distribuição. Este ensaio explora estas duas dimensões na experiência brasileira dos anos 90, quando mudanças importantes na distribuição funcional da renda foram observadas e um desemprego elevado comprometeu sistematicamente as possibilidades de renda da população. As implicações de ambas dimensões se expressaram na distribuição individual e familiar do trabalho. Uma melhora no grau de desigualdade nas distribuições, a partir de 1995, foi resultado da tendência de redução dos níveis de renda, que foi mais acentuada nas famílias de baixa renda, devido a maior incidência do desemprego. O ensaio explora estas questões, procurando explicitar a conta social que uma economia de baixo crescimento impõe ao segmento da população com renda oriunda do trabalho, em especial para aquelas de menor renda.

* Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18- 20 de Setembro de 2004.

* Professor do Instituto de Economia da Unicamp.

♦ Professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e da Faculdade de Campinas e Pesquisadora do Instituto de Economia da Unicamp.

▼ Mestrando e Pesquisador do Instituto de Economia da Unicamp.

▲ Mestrando e Pesquisador do Instituto de Economia da Unicamp.

Mudanças na Distribuição de Renda Individual e Familiar no Brasil*

Claudio Salvadori Dedecca^S
Eliane Rosandiski⁻
Marcelo Soares de Carvalho[©]
Carolina Veríssimo Barbieri^a

As alterações de trajetória da economia brasileira nos últimos 30 anos foram acompanhadas de modificações nos níveis e nas estruturas de ocupação e rendimento. Este fato obrigou que, sistematicamente, as análises sobre ocupação e renda nos diversos contextos econômicos estivessem condicionadas por hipóteses distintas. No que diz respeito à distribuição de renda, sua discussão foi marcada por contornos específicos em cada uma das décadas¹.

Nos anos 70, toda a discussão sobre a distribuição de renda esteve associada à repartição dos frutos de um crescimento acelerado. O milagre econômico produziu uma elevação expressiva do rendimento médio conjugada a um processo de concentração de renda acelerado. Os efeitos sociais desfavoráveis deste movimento não foram intensos graças à possibilidade das famílias mais pobres compensarem sua perda de renda através da incorporação de um membro adicional ao mercado de trabalho, protegendo deste modo seu rendimento global. Esta possibilidade foi viabilizada pela grande capacidade do crescimento econômico gerar, em volume expressivo, novas oportunidades de trabalho.

O fim do ciclo de crescimento no início dos anos 80, em um contexto caracterizado por uma crise internacional e outra relativa ao financiamento externo do país, foi sucedido por uma trajetória de sistemática instabilidade econômica conjugada a taxas de inflação crescentes. Após uma queda acentuada da ocupação no início da década, ela conheceu um movimento de recuperação a partir de 1984, acabando a década em nível um pouco superior ao encontrado

* Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18- 20 de Setembro de 2004.

* Professor do Instituto de Economia da Unicamp.

♦ Professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e da Faculdade de Campinas e Pesquisadora do Instituto de Economia da Unicamp.

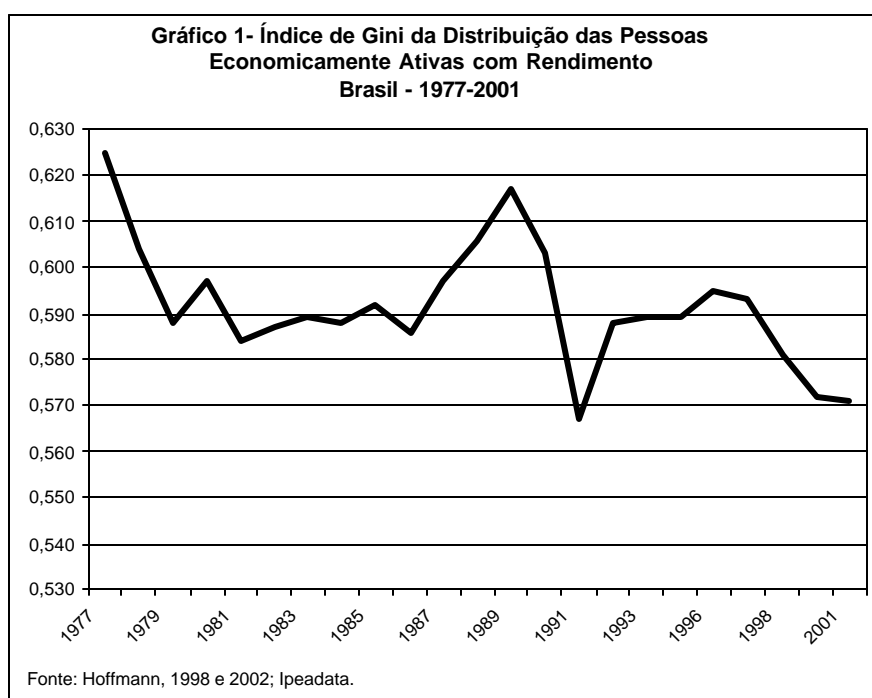
♥ Mestrando e Pesquisador do Instituto de Economia da Unicamp.

▲ Mestrando e Pesquisador do Instituto de Economia da Unicamp.

¹ As transições conhecidas no debate sobre a distribuição de renda no Brasil podem ser adequadamente reconstituídas através dos ensaios do Professor Rodolfo Hoffmann. Ver Hoffmann, 1998 e 2002.

no início do período. A taxa de desemprego elevada dos anos 1981-83 conheceu uma tendência de queda sistemática a partir de 1994. Se por um lado, o problema da ocupação foi caracterizado pela maior informalidade, observava-se, por outro, que o baixo crescimento teve implicações importantes sobre os rendimentos.

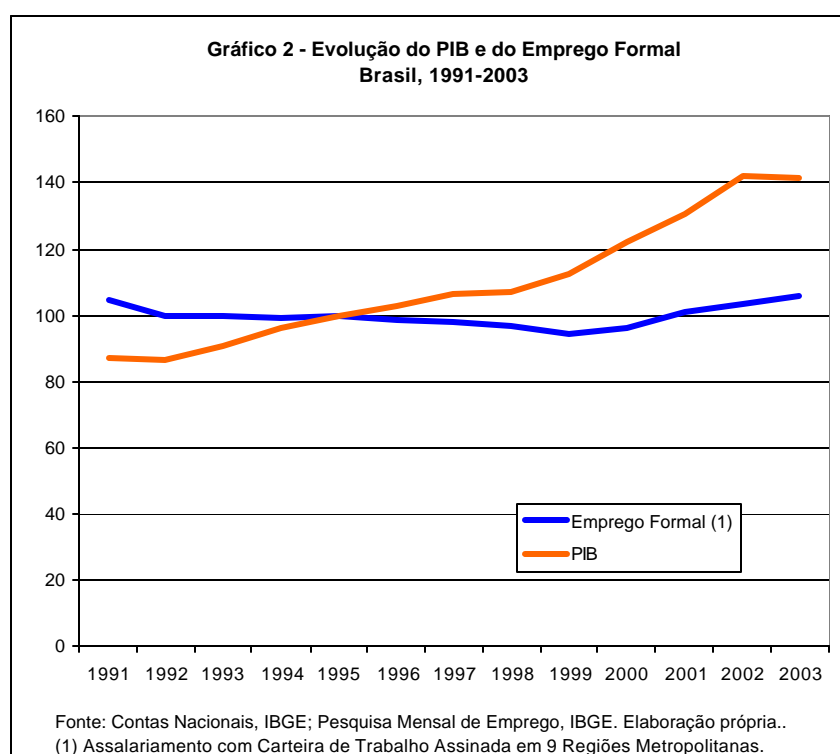
O movimento explosivo dos preços teve efeitos diferenciados sobre os rendimentos da população. Os segmentos de renda média e alta conseguiram proteger seus níveis de renda tanto pelo mercado de trabalho como pelas oportunidades de preservação do poder de compra dos rendimentos criadas pelo mercado financeiro. Ao contrário, o segmento de baixa renda não teve as mesmas possibilidades, conhecendo uma perda de renda importante ao longo do período. Assim, na segunda metade dos 80 se restabeleceu a tendência de deterioração da distribuição de renda conhecida desde a década de 60 – ver Gráfico 1.



Os anos 90 estabeleceram uma nova dinâmica para a distribuição de renda, diferente daquelas encontradas para as décadas anteriores. As alterações da distribuição de renda nos anos 70 se fizeram em um contexto de aumento acelerado do nível de ocupação. Apesar da crise dos anos 80, o mercado de trabalho conheceu uma recuperação ponderável do nível de ocupação na segunda metade da década.

A situação encontrada para os anos 90 é muito diferente. A política de abertura comercial em uma situação de baixo crescimento, que preponderou em diversos anos do período, produziu quedas importantes do nível de emprego formal, levando que o mercado de trabalho passasse a conviver com uma crescente informalidade e desemprego. Ao mesmo tempo, o movimento inflacionário explosivo do início da década foi sucedido por um outro de estabilidade dos preços.

Se a inflação crescente teve um papel importante para a deterioração da distribuição de renda nos primeiros anos da década, a estabilidade de preço contribuiu para a reversão desta tendência.



Contudo, ao longo do período se estabeleceu uma trajetória declinante do nível de emprego explicada por um baixo crescimento do produto em uma situação de abertura comercial. Somente depois de 1999, com a desvalorização cambial, retoma-se comportamentos mais favoráveis do produto e do emprego. Mesmo assim, a taxas relativamente reduzidas.

A evolução favorável da distribuição de renda na segunda metade da década ocorreu juntamente a um processo de deterioração do mercado de trabalho, como apontado anteriormente, marcado pela informalidade e o desemprego.

Tanto nos anos 80 como nos 90, o crescimento do Produto Interno Bruto foi inferior ao observado para a População Economicamente Ativa – ver Tabela 2, sinalizando uma tendência de queda do produto médio por pessoa economicamente ativa, isto é, de declínio da produtividade média nacional. Nesta situação, não existem motivos que justifique acreditar que pudesse ocorrer aumento dos níveis de renda do trabalho. Portanto, o comportamento da distribuição de renda, positivo ou negativo, deve ter se estabelecido de modo articulado a uma piora da renda média do trabalho. Se a estabilidade dos preços conteve a corrosão rápida da renda do trabalho, observada na primeira metade dos anos 90, ela não foi suficiente para reverter a tendência de declínio da renda média, a qual dependia e depende de um melhor comportamento do produto.

Tabela 1
Taxas Anuais de Crescimento do Produto Interno Bruto
Brasil, 1951-2002

	Taxas Anuais de Crescimento					População Economicamente Ativa (B)	(A)/(B)
	Total (A)	Indústria	Serviços	Agropecuária	Pib Per Capita		
1951-1960	7,7	9,7	6,1	4,3	4,2	2,9	2,7
1961-1970	6,2	7,0	6,3	3,7	3,2	2,6	2,4
1971-1980	8,6	9,3	9,4	4,7	5,8	3,7	2,3
1981-1990	1,6	0,3	2,7	2,4	-0,3	3,0	0,5
1991-2000	2,7	2,1	1,7	3,0	1,2	2,9	0,9
2001-2003	1,0	0,4	1,1	5,4	0,8	2,0	0,5

Fonte: Contas Nacionais, IBGE e Conjuntura Econômica, FGV.
 Elaboração própria.

Estas considerações permitem situar adequadamente, neste momento, a preocupação central deste ensaio. A primeira delas, diz respeito ao fato da maioria das análises sobre distribuição de renda ser desenvolvida no âmbito da renda do trabalho. Isto é, elas tratam preferencialmente da distribuição individual ou familiar da renda do trabalho. Escapa desta perspectiva as modificações na distribuição funcional da renda, isto é, entre governo, capital e trabalho. Portanto, é preciso tratar da distribuição funcional e, posteriormente, explorar o comportamento da distribuição de renda do trabalho. Esta é parte de uma distribuição mais geral da riqueza criada pelo país².

A segunda preocupação volta-se para a própria distribuição individual da renda do trabalho. A conduta estabelecida para análise das rendas do trabalho leva em conta somente situações

² Para uma abordagem extensa dos problemas de análise da distribuição de renda, ver Galbraith, 1998 e Mishel et alli, 1998.

de ocupação com rendimento diferente de zero. Isto é, as 10 pessoas de rendimento mais baixos de uma população de 100 com rendimento diferente de zero ficarem desempregadas, calculo do Índice de Gini passará a ser realizado levando em conta somente as 90 pessoas restantes. Escapam, portanto, desta mensuração as pessoas ativas, mas com renda igual a zero. É possível que o desemprego destas pessoas de baixa renda influencie uma redução do Índice de Gini.

Neste sentido, é interessante contrastar a evolução da renda considerando somente as pessoas ativas com rendimento diferente de zero, como se procede habitualmente, com aquele encontrado para renda média familiar considerando somente as pessoas ativas. Cabe aqui um pequeno exercício para explicitar esta observação. Considere-se 3 pessoas ocupadas com renda, respectivamente, de R\$ 260, R\$ 1300,00 e R\$ 2600,00. A distribuição de rendimento é profundamente desigual. Contudo, se a pessoa de renda mais baixa perde sua ocupação, a distribuição de renda das duas restantes melhora significativamente. Nos anos 90, o desemprego atingiu fortemente a população brasileira, tendo seu efeito desconsiderado quando se analisa a evolução da distribuição de renda no período.

Ademais, uma tendência de queda do nível de renda se estabeleceu naqueles anos, levando a um progressivo achatamento da estrutura de remunerações, elevando a proporção de pessoas ganhando em torno do salário mínimo. Este último movimento correspondeu a uma queda da massa de rendimentos do trabalho que somente pode ser percebida quando se analisa a distribuição funcional de renda.

Em suma, os movimentos no nível e na estrutura de ocupações conjugados com a queda dos rendimentos do trabalho, tornam mais complexa a discussão sobre a distribuição de renda desde 1990, tendência que continua a se reproduzir nos primeiros anos da atual década.

Sobre a Distribuição Funcional da Renda

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, órgão nacional responsável pela geração de informações sócio-econômicas, empreendeu, desde o final dos anos 80, um esforço importante de atualização da metodologia de mensuração do Produto Interno Bruto, reorganizando o Sistema de Contas Nacionais. Este trabalho que o país passasse a contar com uma série consolidada de informações sobre as Contas Nacionais a partir do ano de 1990. Ademais, todos os dados encontram-se disponíveis na página eletrônica do IBGE (www.ibge.gov.br).

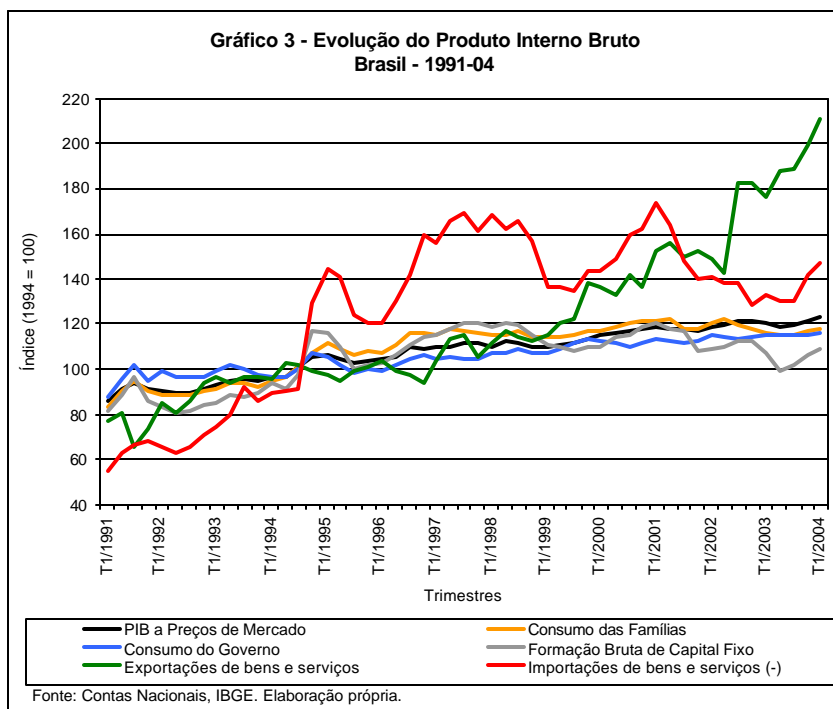
O esforço do IBGE em consolidar uma metodologia mais consistente para as Contas Nacionais foi e continua sendo de grande valia, pois instrumentaliza o país de um conjunto relevante de informações sobre a evolução e a estrutura da riqueza gerada pela atividade econômica e sobre a forma como ela é apropriada. Isto permite, avaliar como os atores institucionais básicos (governo, capital e trabalho) participam da distribuição funcional da renda produzida a cada ano pela estrutura produtiva local³.

Contudo, antes de tratar da questão da distribuição funcional da renda propriamente dito, merece algumas atenção a evolução do Produto Interno Bruto durante a década de 1990 – ver Gráfico 3. Analisando-se sua evolução durante o período, nota-se mais uma vez o baixo incremento do produto ao longo do período. No período recente, seu comportamento esteve associado às exportações. Os indicadores internos apresentaram um comportamento medíocre. O Consumo do Governo, a Formação Bruta do Capital Fixo e o Consumo das Famílias mostraram estáveis ou mesmo declinantes no final do período. Isto é, o desempenho lento do produto foi determinado pelo mercado externo, não tendo na demanda interna uma componente importante para o seu desempenho.

Na ausência de um bom desempenho no setor externo, o Produto Interno Bruto teria tido uma evolução ainda menos favorável, em especial se for considerada a tendência declinante da Formação Bruta do Capital Fixo, que sinaliza um padrão de investimento inferior à taxa de depreciação da economia nacional.

Desde meados de 2003, nota-se uma recomposição da Formação Bruta do Capital Fixo, bem como um recrudescimento das importações, sem um movimento correspondente no Consumo do Governo e das Famílias, sinalizando que tanto o maior investimento como a maior importação podem ser reflexos da boa performance exportadora.

³ Este tema encontra-se desenvolvido mais extensamente em Dedecca, 2004.

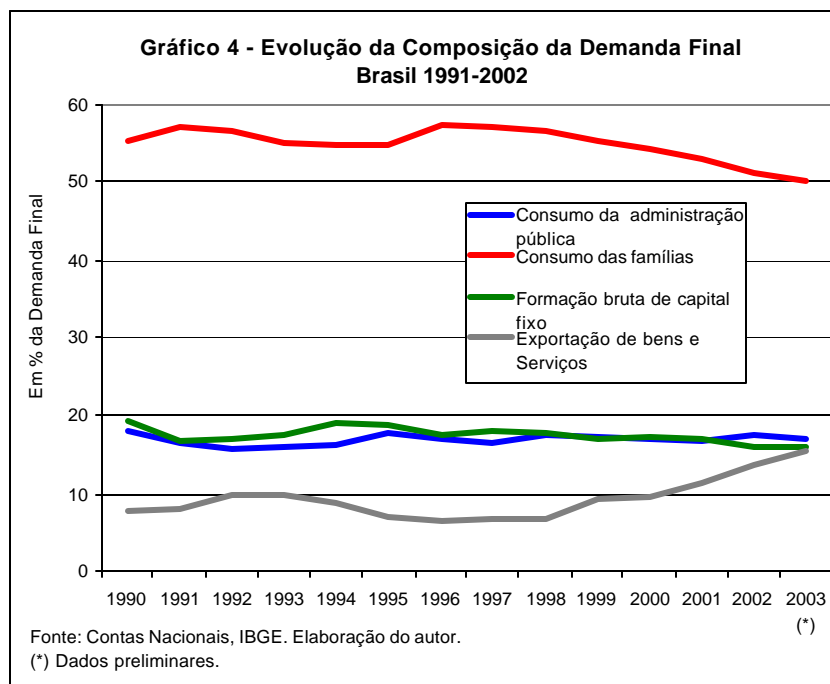


Este padrão de baixo crescimento econômico associado ao bom desempenho das exportações tem modificado a composição da demanda final, reduzindo sistematicamente, desde 1996, a participação do Consumo das Famílias. Entre 1997 e 2003, este decresceu de 57% para 50% do PIB, variação correspondente ao incremento observado nas exportações. Nota-se, portanto, que a amplia o papel da demanda externa em detrimento do mercado interno.

As novas condições de funcionamento da economia nacional, ao não ter como foco o mercado interno, vêm causando mudanças desfavoráveis na distribuição funcional da renda. A participação da renda do trabalho decresce, ao mesmo tempo em que se ampliam as parcelas apropriadas pelo capital e governo.

Entre 1990 e 2002, a renda do trabalho caiu de 43% para 31% do Produto Interno Bruto. Se considerada somente a participação dos salários, isto é, exclusive os rendimentos dos autônomos e profissionais liberais, sua redução foi de 36% para 27% no mesmo período.

Por outro lado, a participação da renda de capital subiu de 33% para 43%, entre 1990 e 2002, e do governo de 23% para 25%.



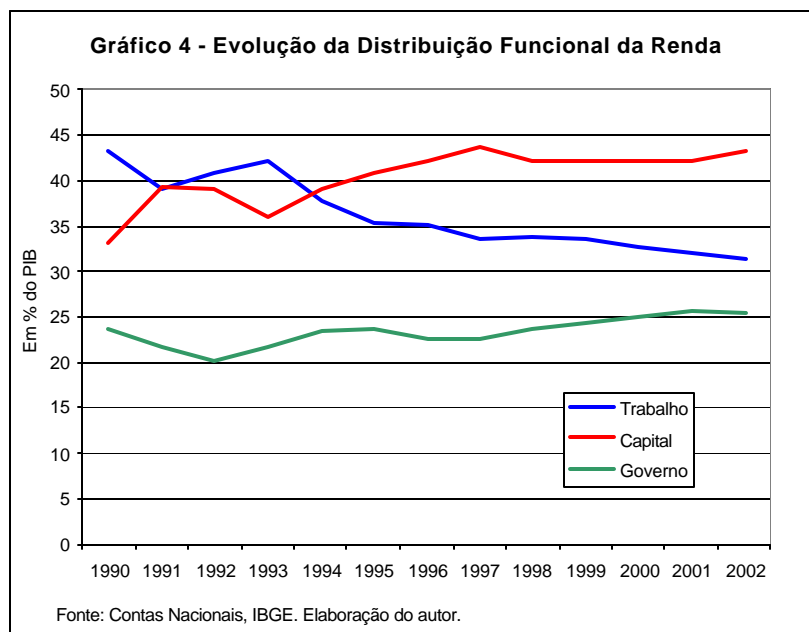
Foram expressivas as modificações na distribuição funcional da renda durante o período. Uma clara depreciação da renda do trabalho encontra-se associada às novas condições de funcionamento da economia brasileira, agora não mais vinculadas à inflação.

Se no início da década de 1990, o processo inflacionário explosivo causava a corrosão da renda do trabalho, nota-se que, a partir de 1994, essa situação continuou se reproduzindo mesmo com uma variação significativamente mais baixa dos preços.

Algumas observações devem ser apresentadas em relação a este movimento.

A primeira diz respeito à elevação da participação da renda do governo a partir de 1992. Em face do baixo desempenho econômico, o Governo Federal tem ampliado a carga tributária bruta como forma de ampliar sua receita.

A segunda refere-se ao aumento da participação da renda de capital em um contexto de não recuperação da Formação Bruta do Capital Fixo, isto é dos investimentos. Frente a esta situação, cabe perguntar sobre a dinâmica da renda de capital quando ela amplia sua participação em um contexto de baixo desempenho econômico.



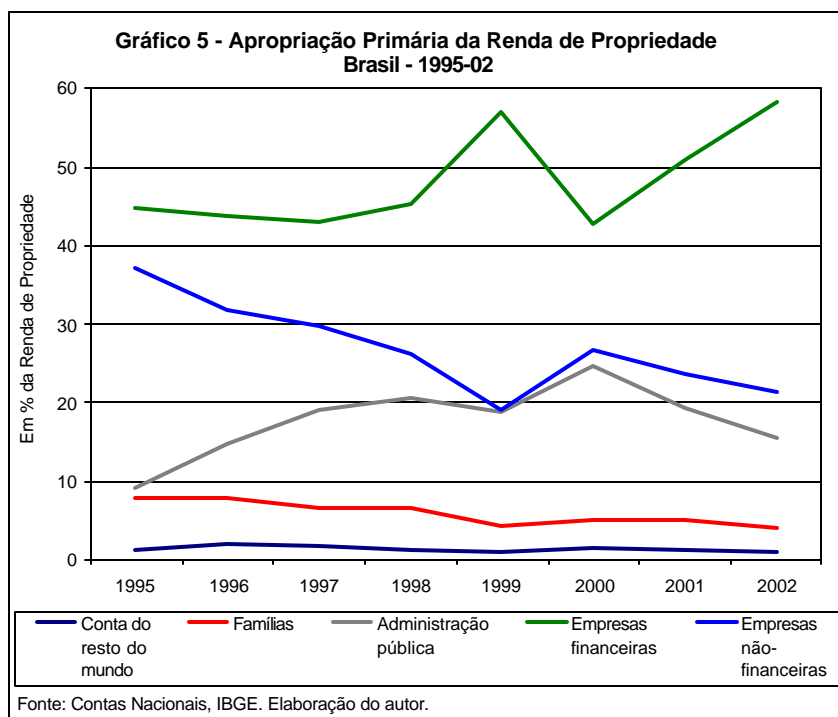
As informações sobre a dinâmica da renda de capital são sempre muito limitadas. Em primeiro lugar, porque uma de suas dimensões não pode ser captada nas contas nacionais, pois sua mensuração incorre em dupla contagem: a redistribuição de renda realizada através da esfera financeira. Apesar deste setor redistribuir o valor adicionado criado na economia, ele não aparece como um lócus de apropriação. São os agentes econômicos que se beneficiam do processo, contabilizando-se o resultado da redistribuição tanto na renda do trabalho como daquela de capital.

Uma possibilidade de se estimar a redistribuição de renda propiciada pela esfera financeira é através da decomposição da renda de propriedade, que tem origem nos juros, dividendos e retiradas, lucros reinvestidos e renda da terra. A metodologia adotada pelo IBGE permite conhecer a distribuição da renda de propriedade, mesmo que esta posteriormente seja consolidada na apropriação realizada pelos agentes institucionais (Estado, Capital e Trabalho) na distribuição funcional da renda. A renda de propriedade nada mais é que conta intermediária que expressa uma forma de apropriação primária segundo alguns agentes institucionais.

No Gráfico 5, encontra-se apresentada a evolução da distribuição da renda de propriedade no período de 1995 a 2004, caracterizado por uma maior estabilidade dos preços e, portanto, com uma menor possibilidade de distorção do processo de apropriação possível de ser produzido em regimes de inflação exacerbada.

Nota-se que, independentemente das flutuações observadas no período, a parcela detida pela empresas financeiras nunca foi inferior a 40% da renda total de propriedade. Após uma fase de certa estabilidade entre 1995 e 1988, a parcela apropriada pelas empresas financeiras cresceu em 1999, tendo declinado durante o ano de 2000, mas voltando a se elevar acentuadamente em 2001 e 2002. Neste último ano, a parcela das empresas financeiras alcançou a cifra de 58% do total.

Este movimento foi acompanhado de quedas da participação da renda de propriedade das famílias, a qual possui um peso relativamente baixo no montante total, e, especialmente, daquelas das empresas não financeiras e do governo. Por se tratar de uma distribuição relativa, a perda de participação da rendas destes últimos agentes institucionais ocorre no momento de aceleração da participação da renda das empresas financeiras em 2001 e 2002.

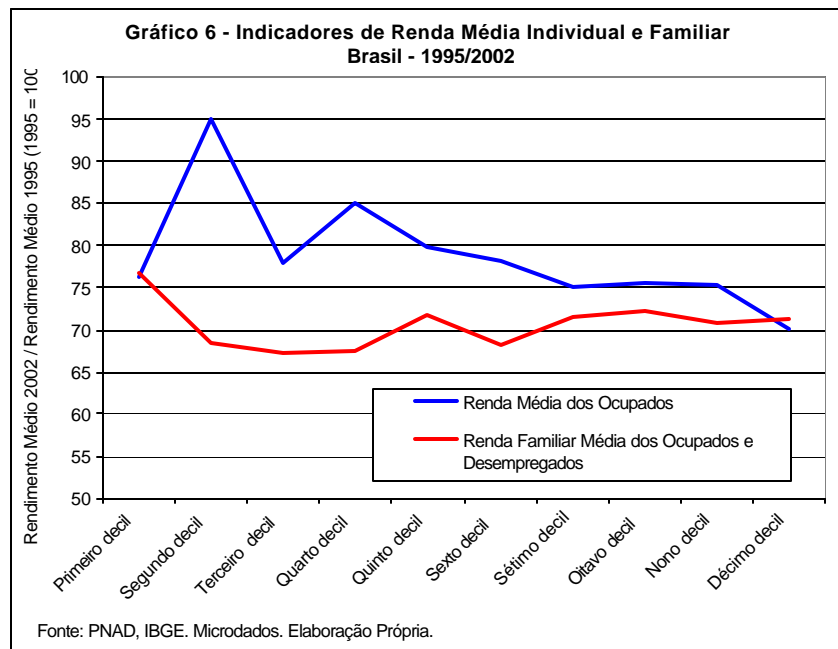


Sobre os Rendimentos Médios Individual e Familiar

Como vimos fazendo menção, a praxe dos estudos sobre distribuição de renda volta-se, em grande medida, para os rendimentos oriundos do trabalho. Em geral, as pesquisas domiciliares captam muito pouco das rendas de propriedade, apresentando resultados basicamente para as formas de renda do trabalho e de aposentadoria. Mesmo os rendimentos de gestão da atividade econômica – pró-labore – apresentam baixa incidência nas pesquisas domiciliares. Portanto, os estudos sobre distribuição de renda, mesmo quando consideram todos os tipos de rendimentos captados pelas pesquisas domiciliares, expressam principalmente o perfil da renda do trabalho, que, na maioria das vezes, representa cerca de 90% do total de rendimentos mensurados.

No Gráfico 1 encontra-se a evolução do Índice de Gini para as últimas duas décadas e meia. Nos anos 90, o indicador conheceu uma elevação no início do período. Somente depois de 1997, ele passa a ter uma trajetória declinante. Mesmo assim, ele era de 0.571 em 2001. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, 2004), o Brasil apresenta o mais elevado índice de concentração da distribuição de renda dentre os países de nível médio de desenvolvimento humano.

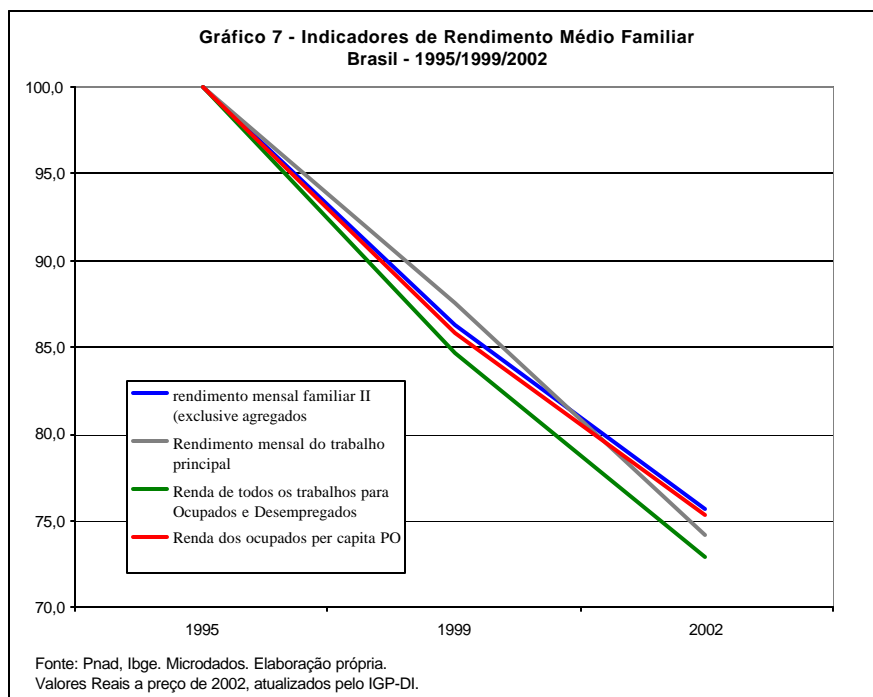
A questão que se coloca para a discussão é que o declínio do indicador de concentração, nestes últimos anos, esteve associado a uma queda dos níveis de renda conjugada com um aumento do desemprego.



As quedas dos níveis de rendimento médio real podem ser observadas no Gráfico 6. Todos os decis da distribuição individual de renda tiveram perdas, sendo que os renda mais baixa sofreram reduções mais significativas. Ademais, nota-se que estas perdas foram mais intensas quando se considera o rendimento familiar médio per capita da população economicamente ativa, isto é dos ocupados e desempregados.

A perda de renda é, portanto, mais expressiva quando levamos em conta o desemprego. No Gráfico 7, pode ser observa a trajetória dos diversos tipos de rendimento médio entre os anos de 1995 e 2002. Nota-se que os rendimentos médios da população ocupada ou das famílias são os que apresentam as menores perdas. Por outro lado, é o rendimento familiar per capita da PEA que trilha a trajetória mais desfavorável.

Existem evidências claras que as condições desfavoráveis de funcionamento do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90, determinadas pelo baixo desempenho econômico do país durante o período, provocaram, após a queda da inflação e estabilidade relativa dos preços, um movimento positivo da desigualdade associado a uma deterioração dos níveis de rendimentos, a qual foi mais acentuada para as famílias, em razão do desemprego.

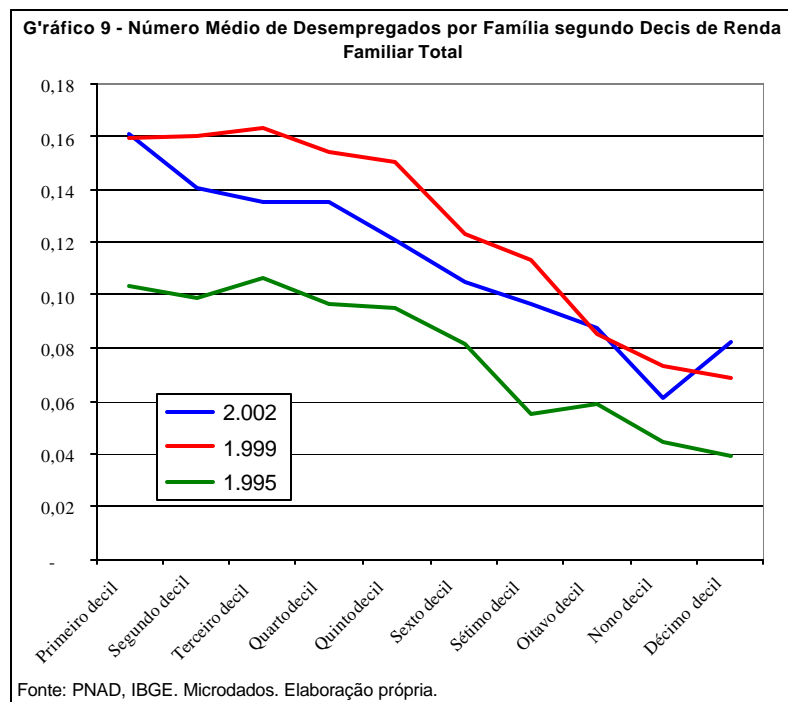
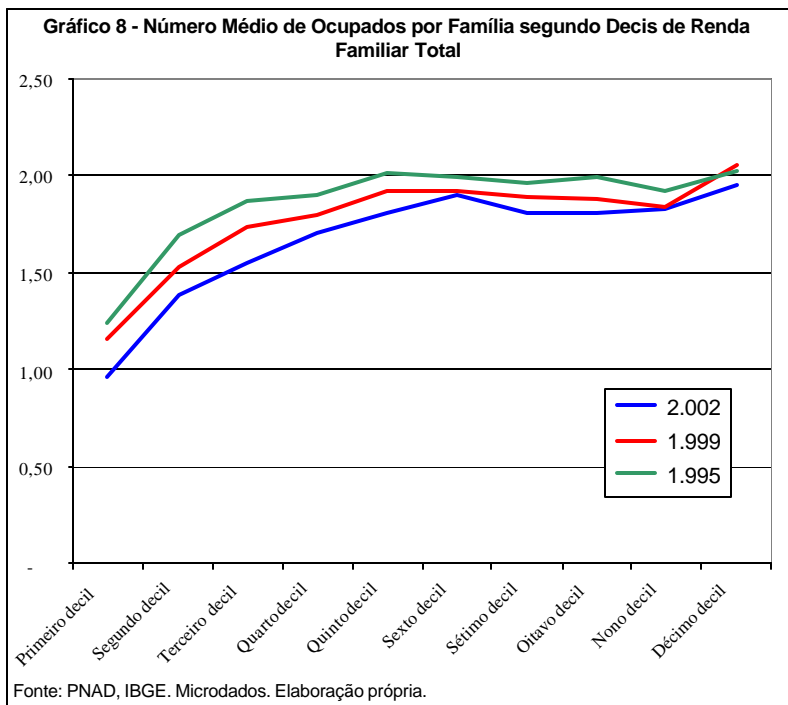


Sobre a Distribuição de Rendimentos das Famílias

É importante tratar, a partir deste momento, da distribuição de renda das famílias. Os Gráficos 8 e 9 apresentam os números médios de ocupados e desempregados por família segundo dos decis de rendimento médio da população economicamente ativa. Isto é, considera-se para cálculo do rendimento médio familiar somente as pessoas economicamente ativas.

Pode-se notar que as famílias de mais baixa renda conheceram, entre 1995 e 2002, uma elevação relativamente maior do número médio de desempregados e uma queda relativamente mais acentuada do número médio de ocupados. Em 2002, o primeiro decil tinha menos de 1 ocupado por família.

Estes indicadores são suficientes para mostrar as implicações sobre as famílias de um mercado de trabalho que apresenta crescentes dificuldades de incorporação da população economicamente ativa. Estas dificuldades são observadas tanto para o período de maior incremento do desemprego (1995-1999) como para aquele em que ele cresce mais lentamente (1999-2002).



Os resultados deste contexto desfavorável do mercado de trabalho se refletiram sobre o rendimento familiar. Os decis de mais baixa renda tiveram perdas relativamente menores em razão de uma evolução do salário mínimo que não seguiu igual trajetória – ver Gráfico 10.

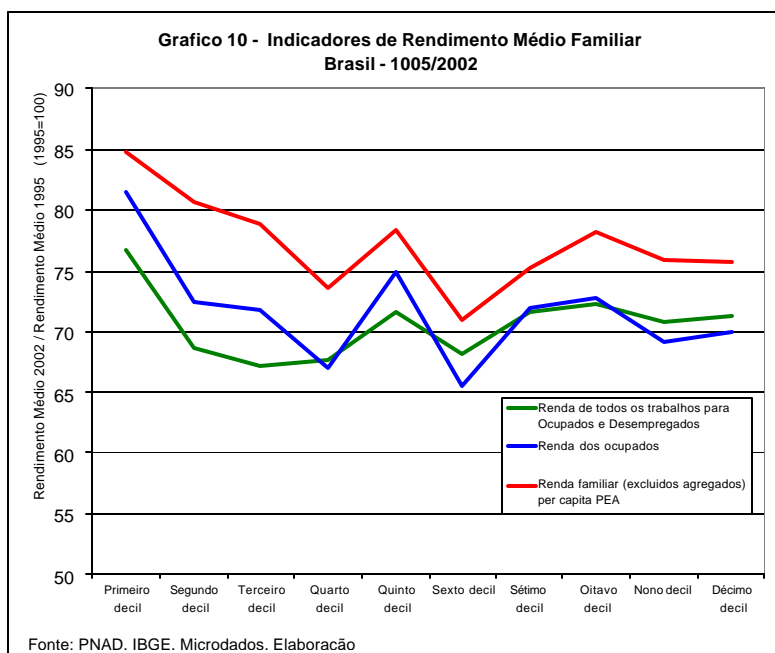
Neste sentido, pode-se afirmar que a regulação pública impediu efeitos mais negativos sobre a renda das famílias mais pobres.

Entretanto, quando se analisa os indicadores de rendimento familiar per capita, observa-se que a maior queda de renda para as famílias pobres ocorreu quando se estima o indicador de renda com os ocupados e os desempregados.

Observações Finais

Este ensaio procurou apontar algumas questões que tem escapado das análises sobre distribuição de renda no Brasil.

A perspectiva mais adotada de análise volta-se para a distribuição individual ou familiar dos rendimentos do trabalho. Duas dimensões analíticas têm sido pouco exploradas: aquela relativa à distribuição funcional da renda e aquela que considera os efeitos das mudanças no mercado de trabalho, tanto no que se refere à estrutura da PEA como daquela associada à dinâmica dos rendimentos.



O desempenho da economia brasileira nestes últimos 25 anos têm sido claramente insatisfatório. O crescimento do produto tem se situado abaixo do aumento da população

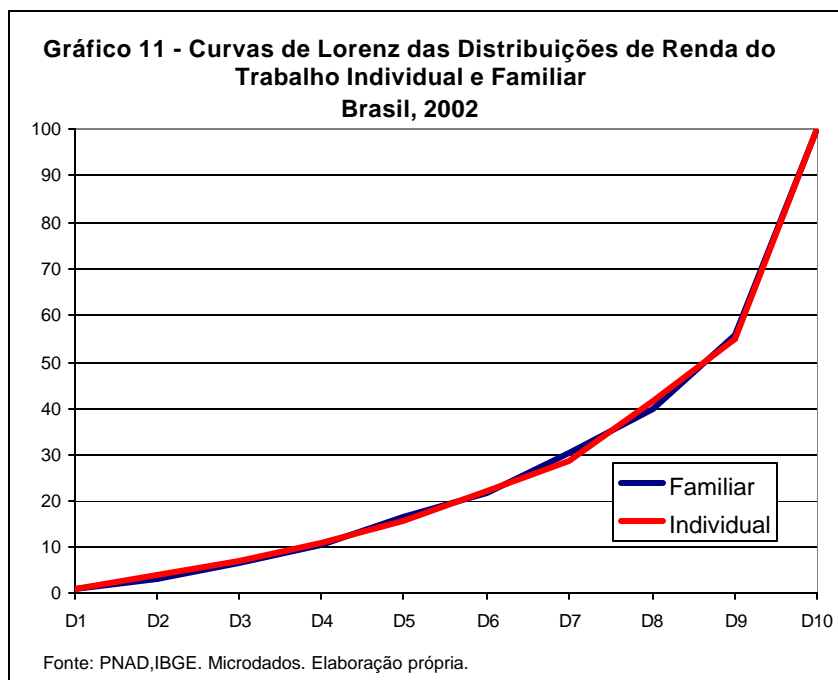
economicamente ativa, sinalizando um decréscimo do produto per capita gerado por cada pessoa em condição de atividade. Este primeiro indicador é suficiente para explicitar uma trajetória de deterioração das condições econômicas de geração de renda no país.

Ao mesmo tempo, as Contas Nacionais mostram que, durante os anos 90, ocorreu mudanças significativas na distribuição funcional da renda, observando-se uma queda de, aproximadamente, 10 pontos da participação da renda do trabalho.

As condições de geração de renda se deterioraram, bem como a sua distribuição primária entre trabalho, capital e governo. O reflexo deste movimento se expressou na redução generalizada dos níveis de renda do trabalho. A perda de poder de compra dos rendimentos do trabalho foi reforçada pelo desemprego. Isto é, as famílias que dependem do trabalho para sobreviver foram duplamente penalizadas, seja porque perderam renda, seja porque foram reduzidas as possibilidades de inserção de seus membros no mercado de trabalho.

A gravidade desta situação se expressa claramente no número médio de ocupados das famílias do primeiro decil da distribuição de rendimentos que não atinge a unidade. Isto é, as famílias de baixa renda encontram dificuldade de inserir, ao menos, um de seus membros no mercado de trabalho.

A deterioração de renda das famílias mais pobres não foi mais intensa graças ao comportamento do salário mínimo, que teve seu poder de compra garantido pela regulação pública do Estado. Portanto, se deixadas ao destino do funcionamento do mercado de trabalho, as famílias mais pobres teriam tido perdas de renda mais expressivas, sinalizando a importância da regulação pública sobre os rendimentos de base do mercado de trabalho.



Finalmente, cabe apontar o peso do desemprego no comportamento da renda familiar per capita das pessoas economicamente ativas. São as famílias de baixa renda aquelas com rendimento médio mais afetado pelo desemprego.

Contudo, se o desemprego é um elemento de deterioração dos rendimentos das famílias, em especial das mais pobres, ele não é suficiente para modificar a distribuição de renda das famílias, comparativamente à individual. Como pode se observar no Gráfico 11, as duas distribuições apresentam curvas semelhantes. Isto é, a desigualdade de renda do trabalho no Brasil se expressa dentre aqueles que auferem alguma renda.

Contudo, o que este dado não revela é a grande mudança na distribuição de renda no Brasil durante os anos 90, que não se estabeleceu dentre aqueles que auferem sua renda do trabalho, mas entre estes e aqueles com renda de capital.

Em um contexto de baixo crescimento, o segmento da população com renda de capital preservou sua riqueza ampliando sua participação na renda total. Enquanto o segmento com renda do trabalho perdeu participação e teve como resultado uma clara deterioração de seus níveis de rendimento.

Explicita-se deste modo a relação entre as distribuições funcional e individual de renda e o papel que esta última exerceu no processo de ajustamento da economia brasileira dos anos 90.

Coube ao trabalho a conta mais alta do processo de ajustamento, seja porque perdeu renda, seja porque a piora do mercado de trabalho impediu estabelecer uma trajetória de defesa da renda através da inserção de novos membros. Neste contexto, foram as famílias de mais baixa renda aquelas que encontraram menores possibilidades de se defenderem.

Referências Bibliográficas:

Dedecca, C. (2004) Brasil, o Novo Governo e o Desenvolvimento Social, mimeo, Campinas: Instituto de Economia da Unicamp.

Galbraith, J. (1998) **Created Unequal**, New York, The Free Press

Hoffmann, R. (1998) *Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/97 e a influência da Inflação e do Salário Mínimo*, **Economia e Sociedade**, 11, Campinas: Instituto de Economia da Unicamp.

Hoffmann, R. (2002) *A Distribuição da Renda no Brasil no período de 1992-2001*, **Economia e Sociedade**, 2(19), Campinas: Instituto de Economia da Unicamp.

Mishel, L.; Bernstein, J. & Schmitt, J. (1998) *Wage inequality in the 1990: measurement and trends*, Economic Policy Institute Working Papers, Washington D.C.: EPI.

UNDP (2004) **Human Development Report 2004**, New York: United Nations Development Programme.